



## ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA: POSSIBILIDADES E LIMITES À EXCLUSÃO SOCIAL<sup>1</sup>

Walter Frantz<sup>2</sup> Paulo Alfredo Schönardie<sup>3</sup>. UNIJUI.

**INTRODUÇÃO:** A pesquisa tem como objetivo geral estudar limites e possibilidades de práticas de organização cooperativa como formas concretas de resistência à exclusão social, especialmente por parte da agricultura familiar. Parte-se do pressuposto que a organização cooperativa pode ser um caminho de resistência à exclusão social, por parte dessas famílias. Porém, quais as chances que a organização cooperativa oferece, diante das forças em ação no mercado, dominado pela lógica do capital? Qual é a percepção que os protagonistas de experiências de organização cooperativa têm em relação aos limites e possibilidades da cooperação no contexto econômico atual? Das práticas do cooperativismo, brotam muitas dúvidas, incertezas, perguntas e uma necessidade de ampliar e aprofundar os conhecimentos sobre o sentido e os significados das organizações cooperativas. Entre elas está também o questionamento quanto a sua validade como instrumento de luta contra a pobreza e a exclusão social. O objeto empírico do estudo são experiências de organização cooperativa, voltadas à produção e comercialização de leite, nascidas de iniciativas de economias de agricultura familiar que lutam por permanecer nas atividades agrícolas. **MATERIAIS/METODOLOGIA:** O estudo vem sendo desenvolvido, através de pesquisa bibliográfica, a partir da análise de documentos, de materiais escritos sobre essas práticas concretas de cooperação, da interpretação dos relatos das experiências de organização e funcionamento dessas cooperativas. Estão sendo entrevistados dirigentes, associados e técnicos de apoio dessas práticas cooperativas. Para os fins desta reflexão somam-se também saberes auferidos de outras experiências práticas de cooperação, de outras pesquisa sobre cooperativismo, de atividades de extensão universitária, junto a cooperativas ou de atividades de gestão de processos associativos e cooperativos. **RESULTADOS:** Os dados apontados nas entrevistas, até aqui realizadas, indicam que os associados obtiveram um preço melhor pelo leite, a partir de negociações com as agroindústrias. A substituição da intermediação no recolhimento da produção e o controle sobre um volume de produção, associando-se as pequenas quantias de cada economia familiar, permitiu um poder de negociação com as agroindústrias. Geraram um “poder de escala” que, antes, individualmente, não possuíam. Além disso, pequenos produtores foram incluídos, sem perda na qualidade da produção. No entanto, associados e cooperativas continuam sob a ameaça de exclusão, diante da fragilidade nas relações econômicas. Além de resultados econômicos concretos, as entrevistas revelam outros dados e significados da organização cooperativa: uma consciência política sobre a importância da união e da organização; o cultivo da identidade e da coesão social e da solidariedade entre as famílias; a recuperação da auto-estima como produtores e como atores sociais; a educação para novas formas de cooperação; a capacitação em auto-gestão e gestão da economia familiar; o restabelecimento de laços sociais de vizinhança e de comunidade; a formação de novas lideranças nas comunidades locais; a formação de “redes” de economia, ainda que frágeis; a recuperação do valor da cooperação para a economia familiar; a construção de conhecimento, especialmente, sobre relações de mercado. **DISCUSSÃO/CONCLUSÕES:** Organizações cooperativas podem se transformar em instrumentos de combate à exclusão social, fundamentalmente, quando se constituem em espaços de poder ou campos de

<sup>1</sup> Projeto de Pesquisa Institucional

<sup>2</sup> Professor do DCS e Mestrado em Educação nas Ciências, da UNIJUI

<sup>3</sup> Aluno do Mestrado em Educação nas Ciências, da UNIJUI. Bolsa CNPq



educação, instrumentalizando os seus integrantes, recolocando-os na estrutura de relações sociais. Porém, a cooperação, por si só, como um processo operacional, sem maior consciência crítica e prática participativa, por parte dos cooperantes, dificilmente, poderá contribuir ao processo de combate à exclusão. Os seus limites, especialmente, estão relacionados às políticas econômicas e ao poder de mercado pela restrita capacidade de acumulação de capital, necessária como instrumento operacional. No ato cooperativo deve estar implícita a compreensão técnica e política da cooperação. Como prática empresarial sob controle dos associados, o cooperativismo pode se constituir em instrumento de resistência à exclusão social, na medida em que representa um processo de desenvolvimento de identidades e laços sociais, de organização, de criação de poder, de força de atuação pela qualificação técnica e política dos cooperantes para que possam garantir maior apropriação de resultados de seu trabalho.